

Cartilha de práticas pedagógicas

FILOSOFIA
Ensino Médio

Colonialismo e identidade

CRISTIAN ARÃO

Secretaria Executiva
de Desenvolvimento
da Educação

Secretaria
de Educação
e Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

Cartilha de práticas pedagógicas

FILOSOFIA
Ensino Médio

Colonialismo e identidade

CRISTIAN ARÃO

Secretaria Executiva
de Desenvolvimento
da Educação

Secretaria
de Educação
e Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

Equipe Técnica

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - SEDE
Tarcia Regina da Silva

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA - SUPEFI
Rodrigo César Barroncas Silva

PRODUÇÃO EDITORIAL
Companhia Editora de Pernambuco - Cepe

SOBRE O AUTOR

Cristian Arão: Doutor, mestre e graduado em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia. É professor substituto na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e realiza estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade de Brasília.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Arão, Cristian
Colonialismo e identidade / Cristian Arão. --
Recife, PE : Secretaria de Educação e Esportes, 2024.
-- (Cartilha de práticas pedagógicas. Filosofia :
ensino médio)

Bibliografia.
ISBN 978-65-993793-7-6

1. África - Civilização 2. Colonização - História
3. Decolonialidade 4. Identidade racial 5. Relações
étnico-raciais I. Título. II. Série.

24-196442

CDD-981.021

Índices para catálogo sistemático:

1. Colonização : Brasil : História 981.021

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Impresso no Brasil 2024
Foi feito o depósito legal

Sumário

Para início de conversa	4
Capítulo 1	
Críticas ao colonialismo e à noção de decolonialismo	6
Capítulo 2	
A busca pela África perdida	9
Capítulo 3	
A questão da identidade nos Estudos Culturais	11
Considerações finais	14
Referências bibliográficas	15

Para início de conversa

O colonialismo foi um fenômeno que marcou profundamente a história e a cultura de muitos povos ao redor do mundo. Consistiu na dominação política, econômica e cultural de territórios e populações por parte de potências europeias, que buscavam explorar os recursos naturais e humanos das colônias. Essa prática teve início no século XV, com as grandes navegações, e se estendeu até o século XX, com os processos de descolonização.

Uma das consequências mais graves do colonialismo foi o impacto na identidade dos povos colonizados, que foram submetidos a um processo de aculturação e assimilação forçada. A identidade é um conceito que se refere ao conjunto de características que definem um indivíduo ou um grupo, como a língua, a religião, a etnia, a história, os valores etc. A sua fundamentação dá-se a partir das relações sociais e culturais que estabelecemos ao longo da vida e é influenciada pelo contexto histórico e geográfico em que vivemos.

O processo de colonização impôs aos povos colonizados uma identidade estranha, baseada nos padrões e interesses dos colonizadores, que desvalorizaram as manifestações culturais dos colonizados, impondo-lhes sua língua, sua religião, sua educação, sua arte, sua ciência etc. O colonialismo cria uma hierarquia racial e social, que colocou os europeus no topo, gerando sentimentos de inferioridade e submissão nos povos dominados, que se viram divididos entre sua cultura original e a imposta. Muitos resistiram a essa dominação, lutando pela preservação de suas tradições e pela libertação de sua terra. Outros criaram novas formas de identidade baseadas na mistura e na hibridização de elementos culturais diversos. Essas novas identidades foram marcadas pela diversidade, pluralidade e complexidade.

O colonialismo e a identidade são temas que ainda estão presentes na atualidade, pois refletem as desigualdades, os conflitos e os desafios que enfrentamos em um mundo globalizado e multicultural. É importante conhecer e respeitar as diferentes identidades que existem no mundo, reconhecendo sua riqueza e sua contribuição para a humanidade. É importante também questionar e combater as formas de colonialismo que ainda persistem, como o neocolonialismo, o imperialismo, o racismo, o etnocentrismo etc. Só assim poderemos construir uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Pretende-se, aqui, desenvolver essa relação entre colonialismo e identidade explorando, primeiramente, a formação e os impactos do processo de colonização e, posteriormente, analisando o movimento de afirmação de identidades que surgem como resposta a esse processo. Para tal, será feita uma elucidação sobre as noções de colonialidade e decolonialidade para que possamos refletir sobre os movimentos de valorização de identidades que foram subalternizadas ao longo da história, com especial atenção à defesa da negritude.



1

Críticas ao colonialismo e à noção de decolonialismo

O fenômeno do colonialismo se estabeleceu como um elemento significativo que influenciou de maneira substancial a trajetória histórica e o desenvolvimento cultural de diversas nações globais. Trata-se da dominação de um território e de uma população por parte de um Estado ou grupo de pessoas, que impõe sua cultura, sua língua, sua religião, sua economia e sua visão de mundo. O colonialismo não se resume à ocupação militar, mas envolve formas de controle ideológico, social e cultural. Mesmo após a independência das colônias, o legado colonial permanece na estrutura das sociedades, na forma de eurocentrismo, racismo, capitalismo e patriarcado. Neste texto, vamos analisar a teoria da colonialidade do poder, proposta pelo peruano Aníbal Quijano, que denuncia a hierarquia racial que sustenta o sistema mundial moderno. Também vamos discutir a tradição decolonial, que busca superar a mentalidade colonialista e valorizar a diversidade e a pluralidade dos povos do mundo.

A origem histórica do colonialismo está relacionada ao período de expansionismo de impérios como o romano, o assírio, o babilônico e o macedônico. Esses movimentos de expansão de território não se limitavam à invasão militar de uma região, porque a simples imposição de uma força armada não garante que haja um domínio efetivo sobre a população local. É necessário também formas de inculcar uma maneira de pensar, cultivando os valores e crenças do povo que domina. Isso significa que mesmo sem a presença física dos militares, um território pode ser submetido ao modo de vida do império. Dessa forma, a presença do colonizador se mantém na estrutura da sociedade mesmo depois de processos de independência.

Por essa razão, o eurocentrismo ainda é uma realidade nas antigas colônias nas Américas, África, Ásia e Oceania, não como ocupação bélica (na maioria dos

casos), mas como ideologia. Segundo Quijano, na atualidade, essas práticas coloniais resultam no fenômeno que denominamos de globalização.

Aníbal Quijano é um dos principais teóricos da perspectiva decolonial. Para ele, o sistema mundial moderno se baseia em uma hierarquia racial que foi imposta pelos europeus durante a colonização da América e que continua a operar até hoje. Segundo Quijano, a raça é uma invenção ideológica que serve para justificar a exploração, a exclusão e a violência contra os povos não-europeus. Além disso, a raça está associada a outras formas de dominação, como o capitalismo, o patriarcado, o eurocentrismo e o etnocentrismo. Quijano propõe uma crítica radical à modernidade e ao seu legado colonial, e defende a necessidade de uma descolonização do saber, do poder e do ser.

Para Quijano, portanto, há uma grande importância na ideia de raça na colonização da América. Ele diz que o conceito de raça que temos hoje aparece com a ocupação do continente americano. Os colonizadores classificaram a cor e as aparências físicas em um critério racial. Dessa forma, eles definiram como inferiores os povos nativos americanos e da África, tornando sua dominação algo natural. Assim, eles puderam implantar o sistema de escravidão baseado na condição supostamente natural de submissão dos povos africanos e indígenas.

Quijano argumenta que a raça foi usada para justificar a exploração, a exclusão e a violência contra os povos não europeus, e que essa lógica persiste até hoje nas estruturas de poder, saber, ser e natureza que caracterizam a modernidade eurocêntrica. O autor defende a necessidade de uma perspectiva decolonial que reconheça e valorize a diversidade e a pluralidade das experiências históricas e culturais dos povos do mundo.

Ao longo da história, as identidades construídas a partir da noção de raça influenciaram a divisão do trabalho. Segundo Quijano, o capitalismo produz uma divisão racial do trabalho que reserva os ofícios mais árduos e menos lucrativos para os não brancos e as funções com maior salário e qualidade de trabalho para os brancos. Diante dessa estrutura colonial e racista, vários pensadores não europeus no século XX desenvolveram teorias que buscavam superar a mentalidade colonialista, dando origem à tradição decolonial.

Na África, a partir dos anos 1930, o conceito de negritude aparece como uma recuperação de valores e práticas próprias dos povos africanos, que foram reprimi-



PARA REFLETIR...

Contemporaneamente, as pautas de identidade são indispensáveis para a política. Contudo, em que pese a importância da afirmação de qualidades outrora menosprezadas, você já se questionou sobre os efeitos colaterais das políticas identitárias?

dos durante a dominação europeia. O filósofo Leopold Senghor, que também foi presidente do Senegal, foi um dos criadores e divulgadores desse conceito. Ele defendia que o negro tinha uma essência distinta do branco. Logo, havia um modo negro de existir que era diferente do modo como branco vive.

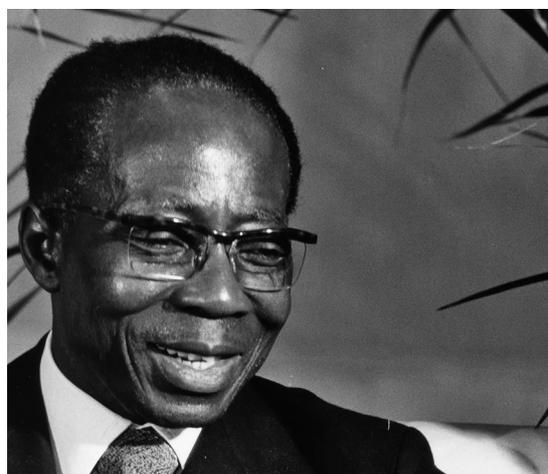
Para se libertar do colonialismo, então, era necessário afirmar os “valores negros” e resgatar a essência negra. Assim, atributos como a emoção deveriam substituir a razão, pois, para Senghor, a emoção era uma característica dos negros, assim como a razão era helênica (grega). Essa forma de enfrentar o colonialismo, porém, recebeu críticas de outros filósofos africanos, como o camaronês Marcien Towa. Towa argumentava que essa proposta de afirmação de uma essência negra ou africana era prejudicial, pois restringia a existência do negro. Afirmar que o africano era ligado à emoção e não à razão, para Towa, era uma posição que mantinha a ideia colonialista de que o negro deveria ocupar certa posição e se comportar de certa maneira.

Desse modo, o filósofo camaronês defendia que o mais interessante era pensar o negro com um caráter genérico, ou seja, sem definições, sem nada que o prenda a certo modo de vida. O próprio Senghor, inclusive, posteriormente repensa a forma de lidar com o colonialismo. A partir dos anos 1960, a categoria mestiçagem passa a ter importância na obra do filósofo senegalês.

Senghor expõe sua visão sobre a identidade cultural dos africanos e seus descendentes, que foram marcados pela colonização europeia, mas que também possuem uma rica herança



Aníbal Quijano. Fonte: Wikimedia Commons



Leopold Senghor. Fonte: Wikimedia Commons



Marcien Towa. Fonte: Wikimedia Commons

ancestral. O filósofo senegalês defende que a negritude não é uma essência imutável, mas uma atitude criativa que busca integrar os valores africanos e europeus em uma síntese harmoniosa. Propõe, então, uma razão sensível, que valoriza a emoção, o ritmo, a oralidade e a comunhão com a natureza, como uma contribuição do negro para a humanidade. Senghor também reconhece que a Europa forneceu os instrumentos teóricos para a construção de uma civilização universal, que deve ser plural e diversa. Há, portanto, uma visão dialógica da negritude, que busca superar o racismo e o etnocentrismo, e afirmar a dignidade e a beleza do povo negro (Senghor, 2011, p. 6-7).

Senghor afirma que o africano é uma mistura de vários fatores, e não existe uma pureza racial negra. Essa característica de mestiçagem, para ele, é também uma base importante para combater o racismo, além de ser a origem de todas as grandes civilizações: Suméria, Egito, Índia, China e Grécia.

Assim, nota-se que os efeitos do colonialismo persistem mesmo após o término do status oficial de colônia. Com Quijano entendemos como o conceito de raça apoia, em grande parte, a ideologia e, com a discussão sobre a negritude, observamos que superar a mentalidade colonial é um assunto mais complicado do que parece.

2

A busca pela África perdida

Tratando-se de pessoas negras, a busca pela identidade é feita a partir da busca de suas raízes africanas; logo, ser negro implica também ser africano. Nesse sentido, busca-se resgatar antigas tradições da África, como costumes, religiões, nomes próprios etc. No entanto, a identidade africana não é algo tão simples de se definir.

A identidade africana, nesse contexto, é reivindicada por pessoas que não nasceram na África, mas que se veem como africanos na diáspora. Embora esse fenômeno possa parecer recente, ele tem uma longa história. O movimento back-to-África, que surgiu nos Estados Unidos, no final do século XVIII, visava permitir que os negros estadunidenses retornassem ao lugar de sua suposta origem no continente africano. Foi nesse contexto que se criou a Libéria, colonizada por ex-escravos e seus descendentes (Redkey, 1969).

No entanto, naquela época, a ideia de “retorno à África” foi mais apoiada pela população branca americana do que pelos negros, porque eram os brancos que se sentiam incomodados com a presença de ex-escravos. Muitos negros não concordaram com a ideia, justamente por não se identificarem como africanos. No Brasil, ocorreu um movimento parecido de emigração de negros. Aqui, o destino foi o território que hoje forma a região de Benin, Togo e Nigéria.

Os negros, porém, não foram aceitos como africanos e sim como brasileiros. Nessa situação, surge uma nova identidade para definir o brasileiro emigrado, surge então o agudá (Guran, 2000).

Mais tarde, já no começo do século XX, um novo cenário social fez com que o back-to-África fosse retomado como tema, dessa vez defendido pelo movimento negro. É nessa conjuntura que a proposta de retorno à África é reativada por Marcus Garvey, um ativista jamaicano que morou nos EUA no período do Harlem Renaissance. Na América do Norte, Garvey cria uma filial de sua organização AUPN (Associação Universal para o Progresso Negro) exatamente no bairro

do Harlem, e passa a ser um dos pensadores mais influentes sobre a questão da identidade negra, e sua relevância persiste até os dias atuais.

Em sua caminhada para conseguir possibilitar o deslocamento dos negros americanos até a África, procurou o surpreendente apoio de grupos supremacistas brancos como o Ku Klux Klan. Segundo Paul Gilroy, em *Black Fascism*, em comum, a AUPN e a Klan tinham o fato de que ambas as organizações eram contrárias à miscigenação e a favor da segregação racial (Gilroy, 2000, p. 74).

Porém, mesmo tendo o apoio dos racistas brancos, que também desejavam que os negros fossem para a África, o resultado da tentativa de emigração novamente deu errado. Devido à negativa de apoio da Libéria e os problemas causados pela postura da AUPN que tinha, entre outras coisas, atribuído o cargo de Presidente da África a Marcus Garvey em um congresso em 1920, o plano não saiu como o esperado.

O projeto do Back-to-África, embora não tenha se concretizado em um retorno efetivo ao continente africano, permaneceu no imaginário de muitos ativistas, que o reinterpretaram como uma busca interna e espiritual. Nesse sentido, o retorno se configurou como uma ficção, mediada pela recuperação de tradições e costumes. Contudo, essa busca por um ideal da África frequentemente resulta na afirmação de uma série de valores artificiais que não correspondem à diversidade e à complexidade da realidade africana. Conforme Amiri Baraka, trata-se de uma “performance artificial, uma tentativa de se passar por africano” (Baraka Apud Haider, 2019, p. 105).

A artificialidade não constitui um problema em si mesma, pois toda narrativa sobre identidade é uma invenção. A África foi inventada múltiplas vezes, inicialmente pelos europeus que criaram narrativas para definir o continente e, posteriormente, por pessoas que passaram a se identificar como africanas. Logo, a identidade não emerge da busca, mas da criação, da invenção. O problema com a ideia de busca ou recuperação reside na falta de reconhecimento do caráter artificial, fluído e ficcional da identidade, porque se atribui a ela estabilidade e segurança.



PARA SABER MAIS

GILROY, P. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2012.

MUNDIMBE, V. Y. *A invenção da África: Gnose, filosofia e ordem do conhecimento*. Mangualde: Edições Pedagogo, 2013.

NGOENHA, S. *Filosofia africana: Das independências à liberdade*. Maputo: edições paulistas, 1993.



3

A questão da identidade nos Estudos Culturais

A identidade é um conceito complexo e polêmico, que envolve questões de natureza, cultura, história, poder e política. Como as pessoas se identificam e são identificadas pelos outros? Quais são os fatores que influenciam a formação e a transformação das identidades? Quais são as implicações sociais e políticas das identidades? Essas são algumas das perguntas que motivam os estudos sobre a identidade nos Estudos Culturais, uma área interdisciplinar que analisa os fenômenos culturais a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.

Uma das grandes indagações filosóficas de todos os tempos é “quem somos nós?” No século XX, essa questão adquire nuances culturais e políticas com a noção de identidade nacional, étnica, de gênero e orientação sexual. Nesse cenário, os Estudos Culturais se inserem com a análise sobre a origem e a essência do processo identitário. Em oposição à visão essencialista que concebe a identidade como algo estático, os pensadores dessa área de pesquisa destacam que as identidades são dinâmicas e não essenciais. Isso significa que a identificação do sujeito varia de acordo com a situação em que se encontre.

Para a construção da ideia de identidade como algo inalterável, geralmente se recorre a argumentos biológicos. Isto é, a composição do corpo do indivíduo que determina quem ele é. Porém, Kathryn Woodward nos lembra que o processo de identificação se dá pela interpretação das características físicas. Logo, as identidades são fluidas, pois cada contexto pode oferecer interpretações distintas dos marcadores biológicos e sociais. A partir dessa concepção é possível entender a artificialidade das identidades (Silva, 2014, p. 89). Elas são artificiais, pois não são fixas e essenciais, mas surgem da relação humana, principalmente, a partir da diferença.

Enquanto não houver alguém diferente que evidencie as semelhanças entre as pessoas, não há uma identidade comum. Assim, é possível afirmar, por exemplo, que não existiam negros na África antes da colonização. Nem mesmo existiam



Stuart Hall. Fonte: The Open University/Flickr

africanos; o que havia era uma diversidade de povos e culturas que, às vezes, se relacionavam e, outras vezes, guerreavam quando se conheciam.

Considerando aspectos como esses, Woodward também desafia a noção de identidade baseada na história. “Pode-se perguntar primeiramente: existe uma verdade histórica única que possa ser recuperada?” (Woodward In Silva, 2014, p. 26). Dessa forma, a procura pelas origens históricas e por um passado comum também é uma ação artificial que unifica de

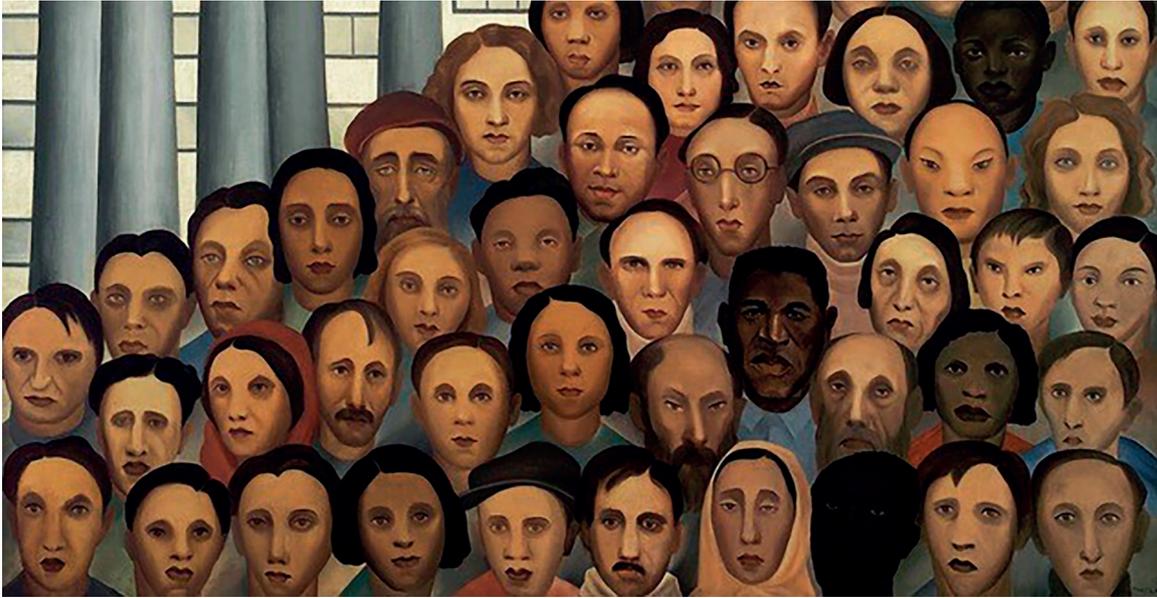
modo arbitrário as diversidades de povos e culturas. Examinando ainda a artificialidade e a fluidez dos processos de identificação, Tomaz Tadeu da Silva destaca também a relevância da miscigenação para a compreensão da identidade como algo fluido. Segundo ele, a hibridização provocada pelos movimentos dos povos (sejam voluntários ou forçados) transformam as identidades originais por meio de novas identificações.

Em um processo dialético, a miscigenação cria identidades a partir da superação das outras que a compuseram. Isso significa que a nova é uma espécie de síntese, um “terceiro espaço”, que conserva traços das identidades anteriores, mas não é nenhuma delas. Desse modo, um mestiço brasileiro não é um branco europeu, nem um indígena, nem um negro africano, mas o resultado dessa mistura que guarda características das três etnias, mas não é nenhuma delas.

De acordo com Silva, esse movimento de hibridização tem o potencial de afetar o poder estabelecido. Isso porque, “pode significar simplesmente mover-se livremente entre os territórios simbólicos de diferentes identidades. Cruzar fronteiras significa não respeitar os sinais que demarcam — artificialmente — os limites entre os territórios das diferentes identidades” (Silva, 2012, p. 88).

Partindo de uma ideia fluida e não essencialista da identidade, a perspectiva dos Estudos Culturais propõe uma forma de luta política que não seja baseada em um passado mítico e não tenha como objetivo a descoberta das origens e a preservação das características que surgem dessa narrativa. Nesse sentido, a pergunta “quem somos nós?” tem menos relação com a questão “de onde viemos?” e maior proximidade com a indagação “quem podemos ser?”.

Segundo Stuart Hall, a ideia de invenção é fundamental para lidar com o processo de identificação. Para ele, o que importa não é a repetição de tradições (que, aliás, são artificiais), mas o diálogo com o passado, visando a criação e transformação da tradição. Assim, a identidade não é vista como algo que limita o indivíduo a um conjunto de valores; nesse cenário, o processo de identificação é um processo que liberta do passado e permite a autocriação.



Detalhe obra *Operários*, de Tarsila Amaral. Fonte: Wikimedia Commons

Não se trata, então, de quem poderíamos ter sido ou quem fomos, mas do que podemos fazer na nossa situação atual e quem queremos ser. Dessa maneira, percebe-se como a questão identitária é um debate que tem várias perspectivas, embora vejamos mais uma do que outras. Os Estudos Culturais têm relevância nesse contexto ao fazer uma avaliação baseada numa análise rigorosa do próprio conceito de identidade, que aponta os problemas da simples afirmação identitária como recurso político.

Os Estudos Culturais, portanto, oferecem uma visão crítica e desafiadora da identidade, que não se limita a categorias fixas e essenciais, mas reconhece a diversidade e a complexidade dos processos de identificação. Nessa perspectiva, a identidade é vista como uma construção social e histórica, que se modifica de acordo com o contexto e as relações de poder. Assim, essa perspectiva busca questionar as formas de dominação e exclusão que se baseiam em identidades impostas ou naturalizadas, e valorizar as formas de resistência e emancipação que se baseiam em identidades negociadas e híbridas. A identidade, nesse sentido, é um campo de disputa e de possibilidade, que envolve tanto a afirmação quanto a transformação do sujeito.



PARA SABER MAIS

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Traduções de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Considerações finais

Colonialismo e identidade são dois conceitos que se relacionam de forma complexa e dinâmica. O colonialismo é a dominação de um povo ou território por outro, que implica em uma série de impactos na cultura, na economia, na sociedade e na identidade dos envolvidos. A identidade é o conjunto de características que definem quem somos, como nos vemos e como os outros nos veem. A natureza da identificação é composta por diversos fatores, como a origem, a língua, a religião, a etnia, a classe, o gênero, a sexualidade, a idade, entre outros.

O processo de colonização afeta a identidade dos povos colonizados ao impor uma língua, uma religião, uma cultura e um sistema de valores estrangeiros, que podem gerar conflitos, resistências, adaptações ou assimilações. Ao explorar os recursos naturais, humanos e econômicos, que podem provocar pobreza, desigualdade, dependência e subdesenvolvimento, e ao exercer a violência física, simbólica e estrutural, que pode causar traumas, medos, opressões e violações dos direitos humanos, constroem uma imagem negativa, inferiorizada e estereotipada dos povos colonizados, que pode afetar a autoestima, a autoconfiança, a autoafirmação e o reconhecimento.

O colonialismo, portanto, é um fenômeno que molda e transforma as identidades dos povos envolvidos, tanto no passado quanto no presente. É importante compreender e questionar os efeitos do colonialismo na identidade, para promover o respeito, a diversidade, a justiça e a emancipação.

Compreende-se que, nesse contexto, há uma relação de subalternização das identidades e, por isso, a afirmação da identidade de povos oprimidos surge como uma resposta razoável. Após séculos de desvalorização, a resposta ao colonialismo surge como uma defesa de valores positivos ligados a etnias e povos que sofreram com o processo colonialista. Contudo, corre-se o risco dessa busca identitária resultar em afirmações essencialistas, excludentes e limitantes. Assim, nota-se que, embora seja compreensível o movimento de resgate de culturas e valores que teriam sido apagadas ou desconsideradas com o processo de colonização, a afirmação de identidades como resposta ao colonialismo é um tema complexo que exige ainda muito debate.



GUARDE ESSA IDEIA

Muito embora as políticas identitárias sejam relevantes e necessárias, a forma como se recorre ao identitarismo pode ser problemática quando há uma interpretação essencialista que compreende a identidade como algo fixo e imutável.

Referências Bibliográficas

GILROY, Paul. *Black Fascism*. *Transition*, no. 81/82, 2000, pp. 70–91. JSTOR. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3137450>. Acessado em 15 Jun. 2022.

GURAN, Milton. *Agudás: Os brasileiros do Benin*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2000.

HAIDER, Asad. *Armadilha da identidade*. Tradução de Leo Vinicius Liberato. São Paulo: Veneta, 2019.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

REDKEY, Edwin S. *Black Exodus: Black Nationalist and Back-to-Africa Movements, 1890–1910*. New Haven: Yale University Press, 1969.

SENGHOR, Léopold Sédar. *O contributo do homem negro*. In: SANCHES, Manuela Ribeiro. *Malhas que os impérios tecem: Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Traduções de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Raquel Teixeira Lyra Lucena
Governadora do Estado

Priscila Krause Branco
Vice-Governadora

Ivaneide de Farias Dantas
Secretária de Educação e Esportes – SEE/PE

Tarcia Regina da Silva
Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação – SEDE

Secretaria Executiva
de Desenvolvimento
da Educação

Secretaria
de Educação
e Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

ISBN 978-65-993793-7-6



9 786599 379376

Secretaria Executiva
de Desenvolvimento
da Educação

Secretaria
de Educação
e Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

